



SEMINÁRIO

POLÍCIA FEDERAL/SEGURANÇA PRIVADA



EXPEDIENTE

Flyer SESVESP

Produto oficial do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo.

Presidente

JOÃO ELIEZER PALHUCA

Vice-Presidente

FLÁVIO SANDRINI BAPTISTA

Coordenação Geral:

CLODOMIR RAMOS
MARCONDES

PRISCILLA LAMEIRINHA
COELHO MATOS

Redação:

GAP Consultoria e Serviços

Produção Editorial:

Kamplie Comunicação

Tiragem:

2.000 exemplares

Endereço:

Rua. Bernardino
Fanganiello, 691
Casa Verde – SP

SEMINÁRIO DISCUTE SEGURANÇA PRIVADA ENTRE A POLÍCIA FEDERAL E O SINDICATO PATRONAL EM SÃO PAULO

Combate à clandestinidade e aumento da fiscalização pela Delegacia de Controle de Segurança Privada da PF foram destaques nos painéis

O combate à clandestinidade e as ações de fiscalização da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp) da Polícia Federal foram foco de um seminário conjunto entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) e a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo.

O seminário apresentou palestras para discutir a situação da segurança privada no Estado de São Paulo, contando ainda com presença do presidente da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transportes de Valores (FENAVIST), Jeferson Furlan Nazário, para debater a questão nacional do setor e a tramitação do novo Estatuto de Segurança, em discussão no Senado Federal.

O delegado regional executivo da Superintendência da Polícia

Federal em São Paulo, Rodrigo Luis Sanfurgo de Carvalho, destacou na abertura do seminário a oportunidade da troca de experiências entre o setor e a PF. “Nós, responsáveis pela fiscalização e a regulação por este lado demonstramos nossa experiência e a necessidade de trocarmos ideias para constante aprendizado. Queremos ouvi-los para entender como, cada vez, mais podemos executar nossas tarefas sempre visando a eficiência e a celeridade para cumprir nosso objetivo”, afirmou.

O seminário organizado em São Paulo pode ser estendido a outros estados. A ideia é ampliar o alcance da parceria com a Polícia Federal entre a FENAVIST e os demais sindicatos patronais.

O delegado federal Dr. Licínio Nunes de Moraes Netto, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Su-

perintendência da Polícia Federal em Brasília, destacou a importância da aproximação entre o órgão regulador e o órgão regulado com a realização do seminário na Superintendência da PF em São Paulo. “A integração é muito importante. As empresas de segurança privada são organismos importantes para toda composição da segurança pública”, disse.

O SESVESP lançou uma cartilha com orientações e a legislação do segmento do setor de segurança privada para orientar o mercado durante a contratação. “O espírito é instruir, sendo uma ferramenta na luta contra a clandestinidade”, disse o presidente João Palhuca.

“O seminário solidifica a parceria entre o sindicato e a PF ao promover um mercado saudável e cumpridor das leis, com uma fiscalização rigorosa e contínua da Polícia Federal”, destacou o presidente do SESVESP.

GESTÃO PROFISSIONALIZADA E ANSEIO PELO NOVO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

O delegado federal Dr. Licínio Nunes de Moraes Netto, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, destacou que uma portaria, em discussão no Ministério da Justiça, está para ser editada em virtude da falta de aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, em tramitação há mais de uma década no Congresso Nacional.

“A Polícia Federal entende o anseio do setor, mas infelizmente estamos presos ao limite da lei 7.102, de 1983. A portaria 3233, criada há mais de 10 anos, está sem alterações. Criamos um grupo de trabalho no MJ, ouvindo os segmentos. Teremos novidades, mas não podemos inovar muito, pois temos nosso limite legal”, ponderou.

O coordenador-geral da PF apoia a aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, destacando que o setor necessita ter uma nova lei. “Uma legislação que nos permita inovar. A atividade é extremamente sensível, típica do Estado e que foi delegada uma parcela ao particular e precisa ter este controle estatal. Mesmo com as brechas da lei em vigor, o delegado destacou o papel da instituição como responsável para prestar um serviço de qualidade, que preza pelo interesse e relevância econômica do setor privado das empresas de segurança. “Atuamos com celeridade e com uniformidade dos processos de modo igual em todas as regiões”.



João Palhuca (Presidente SESVESP) e Delegado Adriano Barbosa (PF-DELESP/SP)

De acordo com o delegado, o seminário em conjunto demonstra o interesse da corporação em manter a capacitação constante da polícia administrativa da PF. “A aproximação começa a dar fruto. A PF não tem interesse em lavrar auto de infração. Temos interesse em nos aproximar, orientar e a multa é sempre o último recurso”, destacou. Durante sua palestra, o coordenador-geral abordou a necessidade de as empresas de segurança privada manterem uma equipe técnica qualificada para gestão da atividade econômica.

De acordo com o delegado, que tem anos de atuação no setor de Controle de Serviços e Produtos, um grande número de autos de infração lavrados pela Polícia Federal decorre da falta de conhecimento das normas legais do setor de recursos humanos das empresas de segurança privada.

“As empresas precisam se profissionalizar, evoluir como segmento econômico. Reconhecemos a mão pesada do Estado, mas o órgão controlador quer ajudar, quer previamente esclarecer. Mas chega um momento que não podemos deixar de lavrar um auto de infração”, destacou.

Durante sua palestra, o delegado apresentou um balanço do setor responsável da PF ressaltando que a “falta de um gestor de segurança privada qualificado e atualizado, que conheça as regras de funcionamento do setor e as regras legais e normativas gera um grande número de infrações.”



Jefferson Nazário (Presidente Fenavist)

SESVESP DEFENDE AÇÃO DA PF PARA COMBATER EMPRESAS CLANDESTINAS

A apresentação do presidente do SESVESP, João Palhuca, foi marcada como uma forte mensagem dos empresários paulistas para combater a clandestinidade no setor da segurança privada.

“O empresário paulista tem reclamado muito das dificuldades para exercer a atividade empresarial na área da segurança privada em São Paulo. O grande problema é a clandestinidade. Pela nossa experiência, existe atualmente o dobro de empresas clandestinas e profissionais ilegais em relação aqueles que atuam dentro da lei, respeitando as normas”, destacou.

O presidente do SESVESP solicitou apoio da Polícia Federal para fiscalizar as empresas clandestinas, fundamentado no artigo 10 da lei 7.102. “Na visão dos empresários é um instrumento para fiscalização. A Polícia Federal pode fiscalizar a atividade clandestina, que vem desvirtuando nosso setor, aplicando as mesmas multas e punições legais que as empresas legalizadas estão sujeitas. Nosso apelo é para unir esforços para coibir a clandestinidade. É uma arma de destruição em massa que está acabando com as empresas legalizadas e os postos de trabalho”, ressaltou Palhuca.

Durante sua apresentação, o presidente apresentou uma redução de 114 mil postos de trabalho nos últimos oito anos no setor, com uma perda anual de arrecadação previdenciária aproximada de R\$ 3 bilhões aos cofres públicos. “O Estado não consegue fiscalizar ou controlar as clandestinas e as empresas legalizadas não conseguem competir”, pontuou.

O desvio de função, como o uso de outras denominações de funcionários como segurança, também foi outro grave problema apontado pelo presidente do SESVESP durante seminário na Polícia Federal. “Existe o uso de outras denominações com objetivo de burlar lei. O desvio de função utilizando o vigia, o porteiro ou o fiscal de perda travestido de segurança. A Polícia Federal precisa nos ajudar a combater também este grave problema”, solicitou Palhuca.

De acordo com o presidente do sindicato patronal, a função destas outras denominações não necessitam de treinamento, nem cursos fiscalizados pela Polícia Federal, propiciando um custo menor para sua contratação. “Temos aí o problema de chamar todos de segurança o vigilante, o porteiro, o fiscal de perdas entra tudo no pacote. Precisamos encontrar mecanismos para resolver este problema, porque não conseguimos competir”.

O SESVESP e a Fenavist também atuam em conjunto para alterar a denominação das ocupações de vigilante por vigia na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), pois ambas apresentam funções de cargas parecidas possibilitando o aumento dos editais por contratação de vigias em órgãos públicos paulistas.

“Muitos estão contratando vigias e demitindo vigilantes. Falam em controle de gastos, redução de orçamento. É uma tendência que percebemos já em 2021, de um aumento de 50% nos editais públicos para contratação de vigias em órgãos públicos no Estado de São Paulo. O contratante prefere o vigia, nos causando um grave problema nas concorrências, sendo desleal e criminoso, pois oferecem vigias como se fossem vigilantes”, destacou Palhuca.

O presidente do SESVESP pediu apoio da Polícia Federal para fiscalizar a situação, ressaltando que as entidades representativas do setor também estudam mecanismos legais para impedir a prática. “É outro grande problema, mas queremos pensar em uma portaria com a Polícia Federal e na regulamentação do futuro Estatuto da Segurança Privada”, afirmou.

O assessor jurídico do Sesvesp, Alberto Felício Jr, também destacou durante sua apresentação a situação das Empresas de Pequeno Porte (EPPs), que participam de licitações em condições diferenciadas e indícios de grupos inidôneos que utilizam microempresas ou EPPs, sendo do mesmo grupo econômico. “Precisamos modernizar a legislação com a aprovação do novo estatuto e ter um maior rigor na fiscalização dos contratos e dos

contratantes para propostas que podem ser inexecutáveis e a intensificação da fiscalização”, destacou.

O assessor econômico do Sesvesp, Eurípedes Abud, abordou os reflexos econômicos causados pela clandestinidade no setor, com a apresentação de dados no Estado de São Paulo. “Temos estimativas de 420 mil posições irregulares no Estado, com perda de mais de R\$ 6 bilhões na arrecadação por ano em impostos”, ressaltou.

O economista também apresentou um cenário em que as empresas de pequeno porte, enquadradas no simples nacional, representam 75% das vencedoras em licitações públicas no Estado. “Precisamos sensibilizar os órgãos controladores e arrecadadores para vedação do simples nacional em empresas de segurança privada”, afirmou.

FENAVIST DESTACA IMPORTÂNCIA DO NOVO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

O presidente da FENAVIST, Jeferson Furlan Nazário, fez a atualização a respeito da tramitação do novo Estatuto da Segurança Privada, em tramitação há mais de 11 anos no Congresso.

De acordo com o presidente, o relatório do novo estatuto foi liberado para votação na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle no Senado, após ficar em análise por oito meses pelo senador Randolfe Rodrigues (AP), relator do Estatuto na comissão. “Não é o relatório ideal, mas está liberado para votação na Comissão. Estamos em contato com o presidente da Comissão para depois levar direto para votação em plenário, em regime de urgência”, afirmou o presidente.

O representante da FENAVIST destacou aos presentes que o momento é de união entre a Polícia Federal e os empresários do setor para pressionarem os senadores para votação. “Estamos no meio do mar revolto e vendo uma luz lá no fundo, que acende e apaga, chamada estatuto. O caos já está instalado há uns cinco anos e a tendência é piorar. Não vejo outra saída, a ser não o novo Estatuto da Segurança Privada”, reforçou Nazário.

A FENAVIST apresentou indicadores apontando que o novo regramento legal geraria aproximadamente 150 mil novos postos de trabalho na segurança privada em apenas seis meses com a aprovação do novo estatuto. “O Governo Federal precisa ter este olhar para nosso setor, pois vamos gerar novos empregos, renda e aumento na arrecadação de impostos”, disse.



Delegado Adriano Barbosa (PF-DESLESP/SP)

DELESP REFORÇA A INTENÇÃO DE ORIENTAR ANTES DE PUNIR

O delegado Adriano Barbosa, responsável pela Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP) da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, encerrou as palestras do seminário destacando o organograma do setor, como também a orientação primordial em orientar antes de punir.

“Enxerguem a Delesp como facilitadora. O nosso foco é no interesse público, vocação legal e constitucional da polícia. Mas temos como viabilizar mais e melhor o setor dos senhores tendo em vista o interesse público”, destacando a parceria com as entidades representativas do setor de segurança privada.

Desde junho passado na chefia da Delesp em São Paulo, o delegado destacou a adoção das Operações de Fiscalização Especiais, que se tornarão rotina no setor. “É uma fiscalização mais eficiente e eficaz, como a Operação Gladiador, uma iniciativa “laboratório de fiscalização” que deu certo e descobriu um esquema ilícito de venda da Carteira Nacional de Vigilante”, afirmou.

Dr. Adriano Barbosa destacou que buscará sinergia entre a Delesp, as Comissões de Vistoria (CVs) e o setor produtivo representado pelas empresas de segurança privada para ter o foco na orientação. “Vamos para mesma direção, para o mesmo lado para alinhar juntos e viabilizar um serviço de qualidade e melhor à sociedade”, destacou o delegado, elogiando a realização do seminário e já prevendo o próximo em 2022.

SESVESP LANÇA CARTILHA PARA COMBATER CONTRATAÇÕES IRREGULARES: “COMO CONTRATAR SEGURANÇA COM SEGURANÇA”

Durante o seminário com a Polícia Federal, o SESVESP lançou oficialmente a cartilha “Como contratar segurança com segurança”, um guia prático para que empresas e governos possam contratar serviços de segurança privada dentro da lei, garantindo assim eficiência, qualidade e principalmente a segurança de usuários, clientes e funcionários dos contratantes.

Ao elaborar a cartilha, a direção do SESVESP buscou esclarecer aos contratantes de empresas e órgãos públicos que ao contratar uma empresa de segurança irregular pode resultar em responsabilidades administrativas, criminais e até de natureza cíveis, se forem descobertos vícios em quaisquer das fases licitatórias. “O espírito da cartilha é realmente didático. Direcionamos todas as questões que envolvem a contratação de serviços de segurança privada para a legislação em vigor, apontando as possíveis responsabilidades envolvidas quando o contratante faz a opção por uma empresa clandestina. Nosso mercado é competitivo, mas a concorrência desonesta de empresas irregulares, além de prejudicar quem trabalha dentro da lei, traz riscos

consideráveis a todos os envolvidos”, afirma João Eliezer Palhuca, presidente do SESVESP.

O conteúdo da cartilha aborda todas as questões envolvidas na contratação de serviços de segurança privada. Os requisitos gerais, conceitos de vigilância patrimonial, a importância dos cursos de formação de vigilantes - regulados pela Polícia Federal, são expostos de maneira simples e objetiva, sempre com referências jurídicas que embasam a importância de contratar com responsabilidade. “Tivemos também cuidado especial em apontar as responsabilidades dos contratantes, que podem responder não apenas civilmente, mas também na esfera criminal por contratações irregulares que resultem em crimes. A contratação de prestador de serviços gerais para a execução de serviços de segurança, por exemplo, é um dos grandes males que precisamos estancar em nosso mercado e a cartilha serve a este objetivo, que é o de instruir o mercado a agir de maneira correta, idônea e segura para todos os envolvidos”, completa Palhuca.

A cartilha está disponível no site do SESVESP www.sesvesp.com.br.



Cartilha distribuída às associadas e público em geral.



www.matosmonteiro.com.br
matosmonteiro@matosmonteiro.com.br

Apoio Institucional

**MATOS &
MONTEIRO**



CONSULTORIA DE BENEFÍCIOS

ASSISTÊNCIA MÉDICA
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
SEGURO DE VIDA
MEDICINA DO TRABALHO
VR BENEFÍCIOS



Sindicato das Empresas de Segurança Privada,
Segurança Eletrônica e Cursos de Formação
do Estado de São Paulo.

www.sesvesp.com.br

Primeiro Sindicato a obter a Certificação ISO 9000
Tel: (11) 3858-7360

